

HISTÓRIAS DA
FILANTROPIA
NEGRA
QUE TRANSFORMAM
COMUNIDADES

FUNDO
AGBARA 



FUNDO AGBARA

Produção Executiva:

Fundo Agbara

Coordenação Geral do Projeto:

Rosana Fernandes

Redatoras:

Bruna Camargo

Carmen Lúcia da Silva

Jordana Barbosa

Rosana Fernandes

Tainá Lima

Design e diagramação:

Camila Ribeiro – Hub Criativo Solano Trindade

Organizações entrevistadas:

Revista Aquenda

Revolução dos baldinhos

Ilera

Zwanga

MulherAções

Rainhas do Mar

Movimento Guerreiras Sem Teto

SUMARIO

- 04** Mensagem do Agbara
- 05** A Filantropia Negra
- 07** Passos que vêm de longe
- 08** Panorama Histórico da Filantropia Negra no Brasil
- 12** O papel do Agbara na Filantropia por Justiça Social

14 CASES

- 15** Revolução dos Baldinhos
- 17** MulherAções
- 20** Mulheres Sem teto
- 23** Rainhas do Mar
- 25** Ilera
- 27** Revista Aquenda
- 29** Zwanga African Fashion

31 CONCLUSÃO

33 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



MENSAGEM DO AGBARA

O Fundo Agbara, primeiro Fundo Filantrópico de Mulheres Negras do Brasil, apresenta este e-book como fonte de referências e reflexões a respeito do papel e da importância da Filantropia nas transformações sociais e além disso, o apresenta também como uma importante ferramenta para disseminar conhecimento, cases e boas práticas relacionadas à Filantropia Negra que Transforma comunidades periféricas ao redor de todo o país e o mundo.

Possuímos imensa satisfação em integrar a Rede Comuá, a qual celebra de diferentes formas tanto a agenda especial do mês de setembro, dedicada ao Mês da Filantropia que Transforma, como também soma forças significativas para o enfrentamento às injustiças sociais e consolidação da construção de um mundo mais justo, solidário e equânime.

Nossos esforços enquanto gestoras, de toda nossa equipe envolvida neste processo de construções e articulações diárias transborda na materialização deste **e-book com o propósito de amplificar narrativas históricas que honrem o legado passado**, das práticas filantrópicas iniciadas e exercidas por lideranças negras históricas, **fortaleçam a trajetória presente**, de instituições aqui retratadas, que juntas estão mobilizando transformações potentes e potencializadoras em seus territórios, além de **incentivar a difusão e criação de estratégias decoloniais e emancipatórias futuras**, para a construção de um Brasil e sociedade mais justas e igualitárias para todos, todas e todes.

ROSANA FERNANDES
GERENTE EXECUTIVA DO FUNDO AGBARA
AGOSTO/2023.

A FILANTROPIA NEGRA

**Filantropia: os contornos para
uma nova organização social**

A filantropia se inicia, no mundo, com nome de, principalmente, homens ricos de tradição cristã que separavam quantias suntuosas para ações de caridade ou manutenção de instituições de educação, religiosas, artísticas e culturais. O objetivo principal da filantropia era garantir a salvação através das boas ações. Já em meados do século XIX, as mulheres de classe média e alta começam a ganhar destaque nas ações caritativo-filantrópicas e, geralmente, atreladas à luta dos direitos humanos. Ana Paula Vosne Martins (2015) diz que as campanhas promovidas por essas mulheres por diversas vezes se desenvolviam em conjunto com movimentos feministas oitocentistas até meados do século XX. No Brasil, as instituições de destaque que iniciam a filantropia, assim como no mundo são instituições ligadas à Igreja Católica, como as Irmandades e Ordens Terceiras.

Martins (2015) aponta que a ascensão do capitalismo não apenas reorganizou a vida social, mas também colocou em evidência problemas que

existiam a muito tempo como pobreza extrema, trabalho infantil, péssimas condições de vida e que faziam parte do cenário urbano, agora ganhavam proporções muito maiores. O que antes parecia ser a ordem natural das coisas, crença apoiada pelo sistema moral cristão, passou a gerar discussões sobre o gerenciamento político da economia e da sociedade. Não se tratava mais de um mendigo idoso que a caridade da igreja conseguia lidar, era uma questão em que trabalhadores não conseguiam nem o mínimo para viver com uma rotina diária de 12 horas de trabalho.

As virtudes já eram trabalhadas pela fé cristã, com a ascensão do Iluminismo o uso da razão era estimulado constantemente. Logo, a razão foi associada a uma paisagem emocional que envolvia a bondade, amizade e solidariedade – qualidades morais superiores e profundamente trabalhadas pelas mulheres. A filantropia não só agia como

um mote para desenvolver as virtudes, também funcionou por muito tempo como ampliador da “utilidade social” das mulheres. A filantropa Olivia Russel Sage (1905) acreditava que a filantropia era uma força mobilizadora em prol de objetivos mais amplos e ambiciosos como o ordenamento social, o progresso e o aperfeiçoamento dos costumes.

No século XIX filantropia e caridade eram sinônimas, mas filantropia era usada com mais frequência quando causas humanitárias ou o enfrentamento às questões sociais eram as pautas. Nos Estados Unidos, entre 1820 e 1890 proliferaram associações caritativo-filantrópicas organizadas por mulheres protestantes. A experiência do associativismo filantrópico levou algumas mulheres a ampliarem seus objetivos e a se envolver com projetos de reforma social mais ambiciosos, articulando um discurso de fundo religioso com ideais de justiça social, equidade e dignidade humana (McCrone apud Martins, 2015, p.23).

Gisele Sanglard (2003) diz que tanto a caridade quanto a filantropia destinam suas obras aos necessitados. A diferença é que na caridade pressupõe-se o anonimato do autor, já na filantropia, por ser um gesto de utilidade, tem na publicidade sua grande arma já que a propaganda provoca a visibilidade da ação e instiga os benfeitores a concorrerem e chama a atenção da sociedade para a ação determinada. A autora diz que a filantropia pode ser entendida, primeiro como a laicização da caridade cristã a partir do século XVIII, porém o Iluminismo mexe um pouco nesse conceito levando o “fazer o bem” deixar de ser uma virtude cristã para ser uma virtude social.

Num contexto de agudização dos problemas e das tensões sociais e da busca por soluções que desarmassem os movimentos populares e a organização socialista dos trabalhadores, a filantropia desempenhou um importante papel político para o qual as mulheres estiveram na linha de frente (Donzelet 1986 apud Martins, 2015, p.25)

Um exemplo da importância da filantropia é que

na década de 1920 o Brasil passava por mudanças na saúde pública e surgiu a Reforma Carlos Chagas que foi a responsável pelo Departamento Geral de Saúde Pública (DGSP). O departamento tinha como missão inspecionar profilaxias de várias doenças contagiosas, porém a construção de hospitais foi deixada nas mãos da filantropia e surgiu então a Fundação Oswaldo Cruz (1922) e a fundação Gaffrée e Guinle (1923), apenas nos primeiros anos da década de 1920.

Hoje a filantropia recebe novos contornos e estas referências vêm desenhando um movimento ascendente da sociedade civil que inclui setores empresariais preocupados com a ajuda mútua realizada por entidades sem fins lucrativos – as ONGs.

As ações se focam em estabelecer formas de inovação estabelecendo a troca, indução e geração de insumos, bens e serviços em diversos campos do desenvolvimento social, cultural, patrimônio histórico e natural e meio ambiente. Não mais virtudes cristãs, o associativismo, o mutualismo e a solidariedade são trabalhos para a eficácia das ações e os benefícios transferidos à comunidade. Isto demonstra que a filantropia é um setor em crescimento e representa algo novo, não apenas na organização social, mas também na representatividade de comunidades consideradas minorias na atuação dentro dos espaços de poder.

JORDANA BARBOSA



PASSOS QUE VÊM DE LONGE



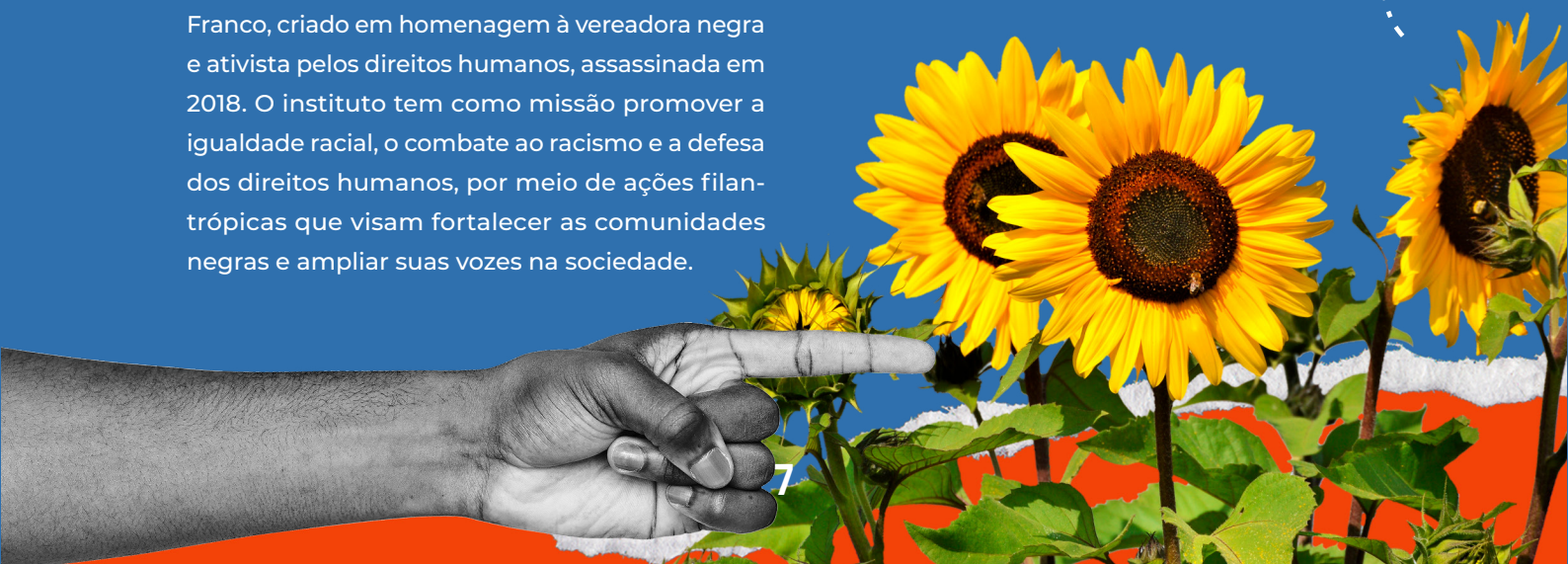
Desde o tempo da colonização do Brasil, podemos identificar exemplos de pessoas negras que foram responsáveis por ações filantrópicas que visavam promover o bem-estar e a autonomia das comunidades negras. Um exemplo emblemático é o de Luiza Mahin, uma mulher negra que viveu no século XIX e **foi líder na luta pela abolição da escravidão**. Além de sua atuação política, **Luiza Mahin** também realizava ações filantrópicas, como a criação de redes de solidariedade entre os negros escravizados e a participação ativa na construção de quilombos.

Outro exemplo importante é o de **Tereza de Benguela**, uma **líder quilombola que viveu no século XVIII**. Tereza de Benguela foi responsável por criar uma comunidade autônoma, onde os negros escravizados encontravam abrigo e liberdade. Além disso, Tereza de Benguela também promovia ações filantrópicas, como a distribuição de alimentos e o acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade.

Na atualidade, também podemos destacar a atuação de instituições lideradas por pessoas negras que têm se destacado na promoção da filantropia decolonial. Um exemplo é o Instituto Marielle Franco, criado em homenagem à vereadora negra e ativista pelos direitos humanos, assassinada em 2018. O instituto tem como missão promover a igualdade racial, o combate ao racismo e a defesa dos direitos humanos, por meio de ações filantrópicas que visam fortalecer as comunidades negras e ampliar suas vozes na sociedade.

Outra instituição importante é o Instituto Feira Preta, que nasceu como uma feira de empreendedorismo negro e se tornou uma organização que promove ações filantrópicas voltadas para o fortalecimento da cultura afro-brasileira e para a valorização dos empreendimentos negros. O instituto realiza ações como capacitações, mentorias e apoio financeiro para empreendedores negros, contribuindo para a criação de uma economia mais inclusiva e justa.

Em resumo, a filantropia decolonial busca desconstruir os padrões coloniais presentes nas ações filantrópicas e valorizar as vozes e as necessidades das comunidades negras. Desde o tempo da colonização, pessoas negras e instituições lideradas por pessoas negras têm sido protagonistas nesse processo, promovendo ações filantrópicas que visam promover a igualdade racial, o combate ao racismo e a autonomia das comunidades negras. A atuação de Luiza Mahin, Tereza de Benguela, o Instituto Marielle Franco e o Instituto Feira Preta são exemplos inspiradores desse movimento de filantropia decolonial no Brasil.



Além destes exemplos, como comprovação do pioneirismo no campo da filantropia, mobilização e geração de impacto social, apresentamos um panorama histórico de organizações filantrópicas negras presentes no Brasil.

PANORAMA HISTÓRICO DA FILANTROPIA NEGRA NO BRASIL

PERÍODO DA ESCRAVIDÃO (1401-1800)

IRMANDADE DA BOA MORTE
IRMANDADE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

ABOLIÇÃO E PÓS ABOLIÇÃO (1801-1900)

MARIA FIRMINA DO REIS
ANDRÉ REBOUÇAS
LUIZA MAHIM

EMPODERAMENTO COMUNITÁRIO (DÉCADAS DE 1970-1980):

COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES
MOVIMENTO NEGRO
PROJETOS DE EDUCAÇÃO E CAPACITAÇÃO

ATIVISMO FEMINISTA NEGRO (DÉCADAS DE 1980-1990)

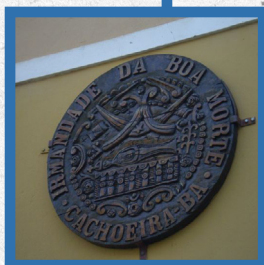
GELEDÉS

ANOS 2000 EM DIANTE

FUNDO BAOBÁ (2006)
INSTITUTO ODARA
FUNDO AGBARA



1401-1800



PERÍODO DA ESCRAVIDÃO (1401-1800):

Irmândades lideradas por pessoas negras surgem durante a escravidão no Brasil com ações filantrópicas como estratégia de sobrevivência e solidariedade entre as comunidades negras.

IRMANDADE DA BOA MORTE

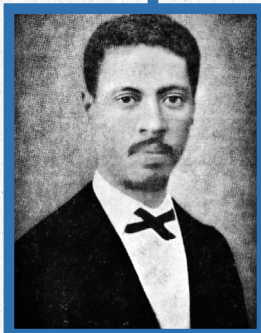
Organização religiosa composta por mulheres negras, muitas delas escravizadas, que atuava principalmente na cidade de Cachoeira, Bahia, durante o período da escravidão no Brasil. Além das práticas religiosas, a irmandade arrecadava fundos por meio de suas atividades e eventos para auxiliar membros em situações de dificuldade, como doenças, funerais e necessidades básicas. Suas ações filantrópicas contribuíram para estabelecer uma rede de apoio entre mulheres negras, enfrentando os desafios das comunidades no contexto da escravidão.



IRMANDADE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

Organização religiosa formada por pessoas negras, escravizadas ou libertas, em diferentes regiões do Brasil. Além das atividades religiosas, a irmandade realizava ações para auxiliar membros em situações de doença, necessidades financeiras e funerais. Elas formavam uma rede de apoio que fornecia ajuda mútua e solidariedade dentro das comunidades negras. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário também desempenhava um papel importante na preservação da cultura e da identidade afrodescendente, fornecendo um espaço onde as tradições e práticas culturais podiam ser mantidas.

1801-1900



ABOLIÇÃO E PÓS ABOLIÇÃO (1801-1900):

Pessoas negras se colocam de forma ativa em ações filantrópicas na luta contra a escravidão e continuaram promovendo a educação e o apoio mútuo a comunidade negra após a abolição.

MARIA FIRMINA DO REIS

Escritora e ativista, Maria Firmina dos Reis é conhecida como a primeira romancista negra do Brasil. Em seus escritos, ela abordava questões sociais, raciais e de gênero, romovendo a conscientização e o engajamento na luta por direitos e igualdade.

ANDRÉ REBOUÇAS

Engenheiro, abolicionista e inventor, André Rebouças dedicou grande parte de sua vida à luta pela abolição da escravidão e à promoção da igualdade racial. Após a abolição, ele também focou em iniciativas de educação para pessoas negras e na busca por soluções para a integração social.

1970-1980



LUIZA MAHIM

Embora pouco documentada, Luiza Mahim é uma figura icônica da resistência negra no Brasil. Ela é conhecida por ter sido uma líder no levante dos Malês em 1835, na Bahia. Sua atuação e influência estendiam-se para além da luta pela liberdade, demonstrando um compromisso com a comunidade negra e seus direitos.

EMPODERAMENTO COMUNITÁRIO (DÉCADAS DE 1970-1980):

Ações de grupos e organizações buscavam fortalecer as comunidades negras, promovendo a igualdade racial e a melhora das condições de vida das pessoas afrodescendentes.

COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES

Diversas cooperativas e associações surgiram para promover a geração de renda e o empoderamento econômico nas comunidades negras. Essas iniciativas visavam fortalecer a autonomia financeira e reduzir as desigualdades socioeconômicas.

MOVIMENTO NEGRO

Unificado (MNU) Fundado na década de 1970, o MNU é uma organização que luta por igualdade racial, representatividade e valorização da cultura afro-brasileira.

O MNU busca empoderar as comunidades negras por meio da conscientização, da luta por direitos e da promoção da cultura.

PROJETOS DE EDUCAÇÃO E CAPACITAÇÃO

Muitas organizações e grupos dedicaram esforços para proporcionar educação e capacitação às pessoas negras, visando equipá-las com habilidades para melhorar suas condições de vida e se tornarem agentes de mudança em suas comunidades.

ATIVISMO FEMINISTA NEGRO (DÉCADAS DE 1980-1990):

Surgem organizações e coletivos de mulheres negras que desempenharam e ainda desempenham um papel significativo na promoção da filantropia negra, destacando questões específicas enfrentadas pelas mulheres negras e criando iniciativas que visavam abordar essas questões de maneira abrangente e eficaz.

GELEDÉS

Fundado em 1988, o GELEDÉS é uma organização que atua na promoção dos direitos das mulheres negras, incluindo iniciativas voltadas para o empoderamento econômico, saúde, educação e cultura.

1980-1990



+2000



ANOS 2000 EM DIANTE

Surgem novos desafios e oportunidades para a filantropia negra, à medida que as questões de justiça social, igualdade racial e empoderamento das comunidades negras continuam a evoluir. Organizações e movimentos, principalmente motivadas por mulheres negras, promovem ações em prol da educação, saúde, empreendedorismo e ação social nas comunidades negras e para mulheres negras.

FUNDO BAOBÁ (2006)

Fundo Baobá para Equidade Racial nasce de importantes articulações e diálogos iniciados em 2006 entre a Fundação Kellogg e movimento negro brasileiro, sujeito político que provoca a sua criação para apoiar organizações e lideranças negras, sujeitos políticos que estão na razão de sua existência. Surge, portanto, fruto de parcerias e como um modelo inovador para apoio e financiamento às organizações negras, pensado para a continuidade e sustentabilidade no tempo.

INSTITUTO ODARA

Instituto da Mulher Negra (Instituto Odara), fundado em 2010 é uma organização feminista negra que busca promover a igualdade racial e de gênero, além de fortalecer a identidade e o empoderamento das mulheres negras.

FUNDO AGBARA

O Fundo Agbara tem origem em práticas de filantropia comunitária, negra e ancestral, nasceu em meio a pandemia de COVID-19, através da sistematização de vaquinhas recorrentes organizadas pela fundadora Aline Odara. Hoje, reconhecido como o 1º Fundo Filantrópico de Mulheres Negras do Brasil tem como objetivo de sustentar e fortalecer o exercício dos direitos econômicos de mulheres negras em toda a sua diversidade. O Fundo é uma organização com a missão de lutar por dignidade humana, equidade racial e de gênero, promovendo acesso a direitos econômicos às mulheres negras país a fora.

O PAPEL DO AGBARA NA FILANTROPIA POR JUSTIÇA SOCIAL

O Fundo Agbara é uma iniciativa inovadora e transformadora que, desde 2020, tem como principal objetivo impulsionar a igualdade e o empoderamento das mulheres negras e suas iniciativas. Nossa organização está comprometida em realizar ações impactantes para garantir direitos econômicos a essas mulheres por meio de diversas iniciativas.

Como o primeiro Fundo Filantrópico de Mulheres Negras do Brasil, oferecemos programas abrangentes que incluem investimentos financeiros,

treinamentos técnicos e iniciativas de apoio tanto formativo quanto emocional. Estamos construindo resultados cada vez mais sólidos no empoderamento das mulheres negras em todo o país, garantindo pleno acesso à cidadania e aos direitos econômicos para o nosso público atendido.

Com orgulho, compartilhamos que 2.515 mulheres negras já foram diretamente impactadas por meio do nosso apoio. Essas mulheres estão assumindo papéis de liderança, alcançando independência econômica e inspirando as gerações futuras a seguir seus passos.

Realizamos esse impacto por meio de duas principais frentes de atuação: Fomento Incidência Política Produção de dados e conhecimento Consultoria em Diversidade Projetos Especiais (Jantar Agbara, Jornadas Antirracistas, Festival Agbara, campanhas).

- Realização de Programas Formativos com investimentos financeiros
- Transferência de renda e investimentos financeiros diretos para mulheres e iniciativas



- Formações Livres (fora de programas) e Mega aulas

Quanto aos Projetos Especiais, a geração de impacto envolveu as seguintes ações:

- Jantar Agbara
- Jornadas Antifascistas
- Festival Agbara
- Campanhas

Os esforços do Agbara têm um impacto concreto no empoderamento econômico, na autonomia das mulheres negras e no desenvolvimento de mais de 197 iniciativas que já foram apoiadas financeiramente pelo Fundo. Cada uma dessas iniciativas é uma peça importante na mudança, abordando desafios específicos e criando oportunidades reais para que as mulheres negras prosperem em diferentes áreas da sociedade.

Realizamos 159 ações desde 2020 até agosto de 2023, refletindo nossa dedicação em transformar ideias em ações concretas. Cada ação representa um passo em direção a um mundo mais equitativo, seja por meio de programas educacionais, inclusão produtiva ou sensibilização da sociedade para questões cruciais.

Desde a fundação do Agbara até o primeiro semestre de 2023, tivemos um aumento de 97% no volume de investimentos, o que também gerou um crescimento de 84% no total de organizações apoiadas anualmente, em comparação com o primeiro ano de atuação.

Esses dados comprovam a relevância de todo o trabalho realizado e nos permitem desenvolver cenários futuros de ampliação do impacto e alcance ainda maior na transformação social, com ações que não apenas desenvolvam mulheres e suas iniciativas, mas também garantam acesso a recursos financeiros para elas.

Com o objetivo de ampliar cada vez mais o impacto socioeconômico e o empoderamento de lideranças femininas negras, o Fundo Agbara investe constantemente no desenvolvimento de programas e projetos que fortalecem as Organizações da Sociedade Civil, a fim de consolidar ainda mais a Filantropia Comunitária Negra no Brasil.

Uma das iniciativas desenvolvidas é o Programa Malunga | Fortalecendo Coletivas Negras, um dos projetos de 2023, que tem como objetivo fortalecer e impulsionar iniciativas sem fins lucrativos lideradas por mulheres negras em todo o país. O programa ofereceu uma jornada formativa e apoio financeiro.

Uma das justificativas para o desenvolvimento desse projeto é o levantamento de dados apresentado pela Iniciativa Pipa em parceria com o Instituto Nu, que envolveu 607 iniciativas sociais de todas as regiões do Brasil e revelou que 41,8% delas são coletivas, sendo que as mulheres representam a maioria dos membros, com 68%. Além disso, a pesquisa destacou que indivíduos pretos e pardos correspondem a 74,1% dos participantes engajados na transformação social por meio dessas iniciativas.

Acreditando no poder de geração de impacto e na ampliação da transformação social liderada por mulheres negras, a partir de práticas filantrópicas já realizadas com muito sucesso há anos nas periferias do Brasil, o Fundo Agbara não apenas se compromete com essas organizações no programa Malunga, mas também traz narrativas sobre suas trajetórias e impactos neste ebook.

Com o objetivo de tornar público e ampliar narrativas transformadoras de impacto que ocorrem diariamente em todo o país, fortalecendo a Filantropia Negra e Comunitária e apoiando as iniciativas a conquistarem oportunidades e acesso digno a recursos, e assim de alcançarem cada vez mais pessoas em situação de vulnerabilidade.

CASES



CENTRAL DE SLAM

CENTRAL DE SLAM

REVOLUÇÃO DOS BALDINHOS:

o lixo que está transformando vidas

Conheça a iniciativa comunitária de gestão de resíduos orgânicos, que mudou a vida dos moradores de comunidade de Florianópolis

Uma infestação de ratos pode ser considerada um problema. E é. Mas, neste caso, ela também foi o pontapé inicial para o surgimento da Revolução dos Baldinhos, em 2008. Trata-se de uma iniciativa comunitária de gestão de resíduos orgânicos, no intuito de solucionar um problema de saúde pública relacionada ao descarte indevido do lixo. Cintia Aldaci da Cruz, nascida e criada na comunidade de Chico Mendes, no bairro de Monte Cristo, em Florianópolis, e uma das coordenadoras do projeto, viu o seu território renascer através do movimento que incentivou o morador a transformar a sua realidade.

Para dar vida ao projeto, que coleta baldes cheios de lixo orgânico na casa de moradores, foi preciso se articular com diversas frentes de trabalho como escolas, postos de saúde, outros projetos atuantes na região e uma parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina para apoiar os moradores do bairro. Hoje, a iniciativa empreendedora é uma referência quando o assunto é sustentabilidade e melhora da qualidade de vida da população carente.

“O principal objetivo da Revolução é trabalhar a autogestão dos moradores, através das atividades de sensibilização de educação ambiental, reaproveitamento com os ecos espaços e com a separação dos resíduos. A gente tenta desenvolver com a comunidade os indicadores que a gente identifica no território. Sou nascida e criada



da aqui e eu identifico as realidades que o morador enfrenta porque também são as minhas realidades. Poder entender como a gente pode mudar isso, colocando o morador como protagonista da história dele, dando condições para ele poder transformar a sua vida, essa é a missão da Revolução dos Baldinhos”, explica Cintia.

A mudança veio através do conhecimento. O Movimento trouxe para as diversas famílias da região oportunidades de formação, capacitação, atendimentos básicos para a comunidade, conhecimentos sobre a importância da alimentação saudável, discussões sobre temas sensíveis como violência policial e legalização fundiária, além do acesso à cidade através da cultura. Tudo isso para que a comunidade tenha ferramentas para construir um pensamento crítico da sociedade. Para os membros da Revolução, trabalhar com famílias vulneráveis demanda questões que vão além do cuidado ambiental do território. Também envolve cuidar do ser humano imerso naquela realidade.

Hoje, o projeto atende 2400 famílias diretamente nos espaços que existem dentro da comunidade. Além da retirada do lixo, o grupo produz

adubo orgânico com a compostagem do material e faz o recolhimento de óleo de cozinha usado. Este, por sua vez, serve de matéria-prima para produzir sabão. Parte da produção de ervas e hortaliças do quintal da sede, da escola América Dutra Machado e de um terreno às margens da Via Expressa é comercializada para ajudar nos recursos que mantêm o projeto. O restante é distribuído para a comunidade. Além disso, eles também promovem desenvolvimento econômico como forma de transformação, oferecem troca de conhecimento, fazem distribuição de cestas básicas e capacitação para microempreendedores. E o objetivo é ir além.

“Queremos dar maior suporte aos catadores informais da comunidade, possibilitando que eles tenham mais acesso a direitos, estruturar os espaços comunitários como espaço de formação e capacitação das mulheres da comunidade, para que elas consigam gerar renda dentro da realidade delas, fomentando, assim, a economia circular dentro do território e fortalecer o Espaço Cultural Cozinha Mãe com atividades de politização e de formação, fortalecendo a questão ancestral e a identidade negra dentro destes quilombos urbanos, que são as favelas”, finaliza Cintia.



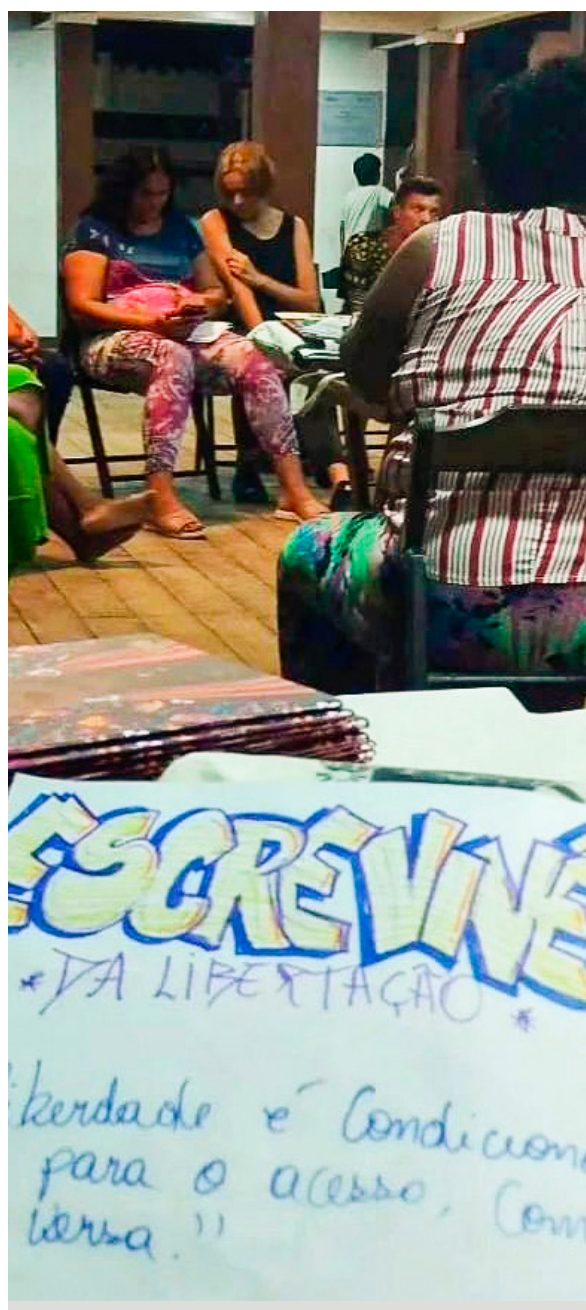
MULHERAÇÕES

Educação antirracista já! Rede MulherAções mostra a importância da inserção das culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas no ensino

Professoras fundam organização no Acre para promover aulas mais diversas

Para as professoras negras, indígenas, afroindígenas e quilombolas Cláudia Marques de Oliveira, Sulamita Rosa da Silva e Beatriz Domingues trazer a educação antirracista para o ambiente da sala de aula é uma questão mais do que urgente. Por isso, elas fundaram, em 2019, a Rede MulherAções, uma instituição que enfrenta o racismo que as atravessa na Universidade Federal do Acre, especialmente como professoras. O estopim aconteceu quando Claudia teve um aluno que ao saber que ela era quilombola, passou a atacar a história de Zumbi dos Palmares (líder do maior quilombo do Brasil durante o período colonial), verbalizando que não aceitaria os ensinamentos de uma professora negra e quilombola.

“Eu implementei em todas as disciplinas e cursos que atuei, o cumprimento das leis 10.639/2003 e da 11.645/2008. Ambas alteram a lei maior da educação brasileira, a LDB 9394/1996 tornando obrigatório a inserção das histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas em todo o currículo educacional. Mas não era fácil. A professora Sulamita Rosa, por exemplo, era constantemente ridicularizada e discriminada por professores e alunos racistas, machistas e sexistas”, lembra Claudia Marques.



res negras e indígenas se tornarem professoras universitárias, Claudia e Sulamita perceberam ao longo do caminho, que o serviço precisaria ampliar o seu alcance.

Por isso, desenvolveram processos formativos de pertencimento, autodefinição e entendimento de como funciona o racismo estrutural com foco em criar estratégias de fortalecimento, alternativas de enfrentamento a esse contexto e ao racismo com empoderamento através do coletivo. Assim, tem sido possível promover estratégias de acesso e geração de renda articuladas com as formações.

“A Rede MulherAções nasce dentro do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre como forma de abrir espaço para as pautas relacionadas às mulheres negras e indígenas. Paralelamente às atividades com a metodologia Escrevivências, implementamos participações e atuações em Advocacy e incidência política também como Sociedade Civil.

Desenvolvemos um sistema de ensinamento para elaborar processos de leitura, escrita criativa, círculos de cultura, leitura de mundo, reflexões políticas a partir do corpo e dos sentidos, entendimento de conceitos relacionados ao racismo, machismo, patriarcado, violência de gênero, desigualdades, justiça, possibilidades e formas de lutas por direitos através de histórias de, para e sobre mulheres diversas, especialmente, as mulheres negras”, explica Claudia.

Outro espaço que também tem recebido a atenção das professoras são os presídios. Para elas, o racismo estrutura o funcionamento das instituições e relações sociais. Essa estrutura valida o genocídio e o encarceramento em massa da população, sobretudo da juventude negra. Por vezes, com apoio da população devido à desinformação, à falta de educação das relações étnico-raciais, à desvalorização do pertencimento e as alienações ou introjeções implantadas.

Além disso, as mulheres, principalmente as negras, por fazerem parte de um grupo

vulnerável e marginalizado na região, também recebem apoio da Rede MulherAções. Neste caso, a luta é para que elas continuem vivas. “O racismo e a violência contra as mulheres ainda estão ligadas à práticas bárbaras e cruéis do período da colonização, invasão e chacina dos povos originários e negros. Não por acaso, o Acre recebe o triste título de campeão em feminicídio de todo o Brasil, onde 75% das vítimas são mulheres negras (Sipen,2020). Na mesma perspectiva, é também o lugar que mais encarcera pessoas no mundo, tendo um enorme crescimento no encarceramento de mulheres, quase sempre por delitos menores que seus companheiros e recebem penas maiores.

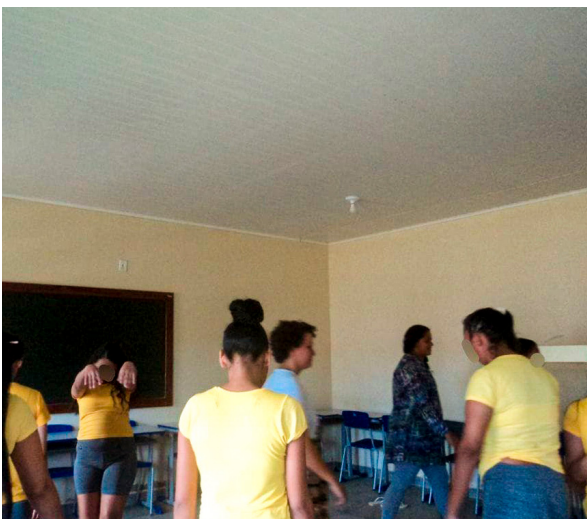
Das mulheres encarceradas no Acre, 95% são mulheres negras (Sipen, 2020)”.



Durante os seus quatro anos de existência, a Rede já impactou mais de 50 mulheres e pessoas LGBTQIAPN+, auxiliou 10 aprovações em mestrados e doutorados, atendeu 40 mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ privadas de liberdade e 30 mulheres ribeirinhas da vila Liberdade em Cruzeiro do Sul/Acre. Além disso, 20 pessoas participaram de oficinas e outras 20 fizeram o curso de compartilhamento da 'Metodologia Escrevivências da Libertação'. Estas são algumas das importantes vitórias que se juntam ao fato da professora Sulamita Rosa da Silva ter conquistado aprovação em concurso público na Universidade Federal do Acre, onde é preciso voltar a atuar levando mais mulheres a partir do Fundo MulherAções.

Para continuar na ativa, a organização enfrenta o desafio de conseguir investidores que acolham

causas como esta. “Precisamos de investimento financeiro para a continuidade e ampliação das atividades no presídio e de implementação do autocuidado com apoio de enfrentamento, combate e tratamento dos males causados pelo racismo. Organizações de mulheres negras e pessoas LGBTQIAPN+ comumente são compostas exatamente por pessoas que vivenciam na pele o racismo e a LGBTfobia todos os dias. E comumente acontecem situações por parte de financiadores que acabam funcionando como mais um desgaste sofrível, maçante, que já nos custou o adoecimento de algumas e atrapalhou as possibilidades de um melhor resultado”, finaliza Claudia.



MULHERES SEM TETO

Invasão? Não. Ocupação? Sempre! A luta do Movimento Sem Teto da Bahia e a participação das mulheres

Iniciativa nasceu há 20 anos para oferecer melhorias na vida da população carente

Moradia digna, acesso aos espaços do território e transformação das estruturas da sociedade em um sistema mais igualitário. Essas são algumas das iniciativas pelas quais o Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB) luta. A organização formada pelas classes oprimidas busca gerar mobilização para resgatar identidades étnicas e culturais, acumulando forças na construção de um Projeto Popular. Dessa forma, além de ser um Movimento Social para a conquista de moradia para seus militantes, o MSTB também é um ato político que se articula com outros movimentos e atua em outros espaços para conquistar melhorias na vida do povo como um todo.

“Os militantes do MSTB são as famílias de sem-teto formadas por aqueles que não têm condições de pagar o aluguel, moradores em área de risco, os que moram de favor ou em casa de parentes, mais de uma família ocupando a mesma residência, famílias recém-constituídas procurando independência, moradores de rua e de albergues, moradores de barracos e, por fim, quem mora de aluguel e gasta boa parte



do salário, ou mesmo nem consegue pagar as prestações. A luta do MSTB é cotidiana e não se restringe apenas ao teto, trata-se de uma luta por dignidade, por justiça e pelos direitos básicos para se viver com saúde, educação, transporte, lazer, etc. Entendemos que somente com o povo organizado de forma autônoma, horizontal, e lutando diariamente para conseguir seus direitos, é que será possível uma mudança na sociedade”, explica Juliana Santos, membro da Comissão de Ética do MSTB e do coletivo Guerreiras Sem-Teto.

Formado há 20 anos por um grupo de mulheres, a partir de uma ocupação realizada na Estrada Velha do Aeroporto, em Salvador, uma ação que foi violentamente reprimida pela Polícia Militar e pela Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo do Município, a instituição transformou-se ao longo dos anos em um movimento social bastante complexo. Dois anos depois, nasce o coletivo Guerreiras Sem-Teto, no intuito de enfrentar os diversos conflitos no cotidiano da luta, com destaque ao enfrentamento à violência contra a mulher.

“As Guerreiras Sem-Teto organizaram importantes ações no movimento, como a I Marcha das Guerreiras Sem-Teto e a criação da cooperativa Guerreira Zeferina com o objetivo de geração de renda, bem como aumentar a autoestima e autonomia das mulheres. As atividades possibilitaram a reflexão sobre os papéis de gênero impostos socialmente, trazendo para o centro do debate os direitos das mulheres. Através da organização, as participantes passaram a perceber a importância de avançar enquanto protagonistas de suas lutas, fortalecendo a atuação das atividades em âmbito público (como reuniões, assembleias e espaços de decisão), para além das tarefas domésticas”.

Vale ressaltar que a força feminina exerce um papel fundamental na luta por moradia. Elas são maioria na base e coordenação e estão à frente das ocupações, realizando trabalho de base para auxiliar pessoas em situação de vulnerabilidade social a batalhar por melhores condições de vida. As ocupações do MSTB são compostas em sua maioria por mulheres negras que não concluí-



ram o processo de escolarização, as provedoras da família e trabalhadoras informais.

Outro ponto destacado pela instituição são as falas que depreciam o movimento, como chamá-lo de invasão. O termo correto é ocupação, pois trata-se de dar função social aos terrenos e imóveis vazios, retomando essa terra que é do povo. Ocupa-se para garantir direitos que são negados aos mais pobres. Ocupa-se pela vida, pela dignidade e por moradia. Ocupar não é crime! Ao ocupar, exige-se que os direitos previstos na constituição sejam cumpridos.

Como resultado desta mobilização há a Escola Comunitária Carolina Maria de Jesus, Cozinha Comunitária, cooperativa organizada por mulheres e cursos profissionalizantes. Também são realizadas palestras voltadas para a saúde, autocuidado e práticas agroecológicas como farmácia viva, hortas comunitárias e quintais produtivos. “Acreditamos que com a partilha de conhecimento e defesa pelo território, com ações de

organização de áreas de lazer, educação e geração de renda, é possível proporcionar significativas mudanças na comunidade.

Somando mais de 20 mil pessoas impactadas nestes 20 anos de atividades, o MSTB segue almejando grandes realizações para um futuro próximo. Algumas delas são: construir escolas comunitárias e espaços de produção coletiva em todas as 13 ocupações do MSTB, ampliar a parceria e o diálogo com outros coletivos, registrar uma instituição para facilitar a captação de recursos, promover debates e rodas de conversas para discutir temas como economia feminista e violência de gênero, construir uma casa de acolhimento para mulheres que sofrem violência doméstica, ampliar o trabalho de Teatro do Oprimido para a juventude e organizar uma escolinha de futebol na Ocupação Marielle Franco-MSTB.



RAINHAS DO MAR

Coletivo Rainhas do Mar traz a mariscagem como independência financeira e preservação cultural

Iniciativa nasceu há 20 anos para oferecer melhorias na vida da população carente

A mariscagem como fomento para a economia comunitária no território é o que norteia a Rainhas do Mar, comunidade quilombola de Acupe, na Bahia, que nasceu em 1996, através dos saberes da matriarca Valdiluce Gomes da Cruz, conhecida como Dona Lurdinha, atualmente com 62 anos de idade. Ela criou a coletiva com cinco empreendedoras negras e quilombolas. São elas: dona Lúcia, dona Lurdes, dona Corina e dona Maria. Mulheres especializadas nos saberes e técnicas tradicionais para retirar do mar o seu sustento

No decorrer do tempo, a coletiva agregou à sua luta, estratégias de defesa e proteção do território pesqueiro, quilombolas e periféricos, desenvolvendo trabalhos de educação ambiental, de promoção da dignidade laboral para mulheres da pesca artesanal e da agricultura, de intervenção urbana e orientações sobre direito urbanístico e ambiental.

“Temos como metas promover a dignidade trabalhista para 100 profissionais negras da pesca artesanal e da mariscagem, que atuam em contexto de insalubridade dos territórios pesqueiros do



município de Santo Amaro, em 2024, contribuir no combate às mudanças climáticas, ajudando na restauração dos 63 mil hectares de manguezais desmatados das comunidades pesqueiras do município de Santo Amaro até 2026. Também planejamos fortalecer o programa de preservação do ecossistema manguezal, promovendo educação socioambiental para mais 300 crianças e adolescentes e iniciar o programa de residência de pesquisa e arte no quilombo Acupe para pesquisadores e artistas negros, que desenvolvam trabalhos acadêmicos na área da educação, economia e meio ambiente, até dezembro de 2024”, explica Joelma Gomes Ferreira, diretora executiva do projeto.

Tida como orientadora dos direitos urbanísticos e ambientais para famílias em contextos de conflito fundiário, as Rainhas do Mar também trabalham com a promoção de educação socioambiental para crianças e adolescentes. Suas atividades são direcionadas para a população das comunidades pesqueiras, quilombolas e periféricas, com prioridade para mulheres negras, crianças a partir dos seis anos e jovens. O projeto já impactou mais de 500 famílias.

“Um dos trabalhos mais lindos das Rainhas do Mar é o registro em audiovisual das mulheres quilombolas e pesqueiras da nossa comunidade, no qual elas têm a oportunidade de narrar sobre

suas histórias e de falar sobre a importância do ecossistema manguezal. E a transformação é percebida pelas reações, pelo fortalecimento do sentimento de pertencimento e pela oportunidade de fala e de escuta afetiva”.

Para os próximos meses, o desejo é de ampliar o legado para que a tradição da mariscagem e todo o seu poder de mudança possa tocar mais e mais pessoas. “Queremos construir o ‘Memorial Elas Vivem’ em homenagem as mulheres marisqueiras, que através dos seus saberes ajudaram na preservação do ecossistema manguezal, realizar o 11º Caruru com samba de caboclo e ativismo, uma ação cultural muito importante contra as práticas de racismo religioso, mapear a evolução territorial do quilombo Acupe e lançamento do livro “Quilombo que me pertence”.

Para ampliar o impacto é preciso investimento financeiro para que a organização construa a casa das Rainhas do Mar, um espaço onde seja possível alinhar as estratégias, promover formações nos mais variados formatos, realizar eventos educativos e culturais e facilitar o desenvolvimento de pesquisa científica. “Ou seja, um espaço onde possamos nos recolher, nos cuidar coletivamente e que sirva para honrar a luta e a memória dos nossos ancestrais, para educar a presente geração e deixar um legado antirracista e sustentável para futuras”, finaliza Joelma.



ILERA

O poder dos ancestrais na cura dos males: conheça a Ilera – Ancestralidade e Saúde

Espaço coletivo cuida das populações vulneráveis sem o uso de medicamentos tradicionais

Para Leila Rocha, o sonho que vale a pena sonhar, é aquele que a gente sonha junto. Inspirada neste pensamento, ela fundou a Ilera - Ancestralidade e Saúde. Trata-se de um grupo que surgiu em fevereiro de 2016, liderado por mulheres negras, após a Marcha das Mulheres Negras de 2015, realizada na zona leste da cidade de São Paulo.

O desejo de Leila sempre foi criar um espaço coletivo. Esse sonho ancestral vem de sua experiência na área da saúde - ela é enfermeira - e a percepção da necessidade de trazer novas possibilidades para a população negra, indígena e periférica de cuidar da própria saúde. Além disso, o coletivo também busca fomentar o fortalecimento das comunidades e do indivíduo político.

“A nossa missão é difundir os conhecimentos de matrizes negras e indígenas referente aos cuidados em saúde. Promovemos atendimentos e assistência social, encontros entre mulheres para o compartilhamento de seus saberes ancestrais e o reforço de suas identidades culturais e territoriais. Também realizamos ações de economia criativa para fomentar renda entre as mulheres pobres dos territórios em que temos presença”, explica Leila.



A Instituição acredita que compartilhando tecnologias de cura a partir dos saberes das ancestrais é possível reduzir o uso de produtos da indústria farmacêutica. Assim, desconstruiríamos o pensamento de que a alopatia (uso do remédio da farmácia) é o único recurso. “Nos últimos anos, nós vivenciamos trocas de conhecimentos intensas sobre o cuidado em saúde com diversas mulheres e comunidades guardiãs dos saberes de proteção e restauração do corpo e da mente, como, por exemplo, dona Alzira Rodrigues, mestra Claudinha Rosa, Centro de Medicina Tradicional da Serra do Murupu, na Comunidade da Serra da Moça, em Boa Vista, e do Terreiro Ilê Axé Loi Loia, em Ilhéus, na Bahia”.

Com práticas focadas em mulheres diversas - negras, de axé, periféricas, migrantes, de comunidades tradicionais, ribeirinhas, sobreviventes do cárcere, com pouca escolaridade, vítimas de violência doméstica e aquelas com a saúde mental fragilizada -, a Ilera - Ancestralidade e Saúde, atualmente tem sido o porto seguro de muitas moradoras da Favela da Jamaica, localizada na Zona Leste de São Paulo. “No momento, a Casa Ilera fica no bairro Parque Guaianases. Bem próxima de nós tem esta comunidade, uma ocupação com 300 famílias, totalmente desamparadas pelo Estado, e de onde vem a maioria das mulheres atendidas por nós”.

A organização acredita que no atual contexto político, econômico e sanitário do país, no qual os equipamentos de saúde estão em colapso e os indicadores apontam que os mais afetados pela Covid-19 foram e ainda são as comunidades periféricas. Entende-se que o apagamento da identidade destes indivíduos é uma das estratégias do racismo estrutural que está na estereotipação estética, desumanização dos corpos negros e a falta de acesso às políticas públicas de qualidade.

Por isso, além de oferecer uma ferramenta para a geração de renda, por meio dos aprendizados sobre como beneficiar as plantas medicinais e

da lojinha Ilera, o diferencial deste projeto é o cuidado das populações vulnerabilizadas, que sem conhecimento dos seus direitos enquanto usuários das políticas públicas de saúde, como a política Nacional de Saúde da População Negra, veem seus corpos sendo machucados pelos efeitos nocivos da indústria alopatáica como única alternativa de cura. “Todo este trabalho que adota o cuidado acolhedor vem dando resultados positivos. Através de rodas de conversas, produção e manutenção de canteiros, oficinas, comercialização de produtos que podem substituir os remédios de farmácia, a escuta ativa das histórias e necessidades da população e o fomento de arte e cultura, já é possível identificar uma forte transformação na nossa comunidade”.

Os próximos passos da Ilera se desenham sob dois eixos de ação. O primeiro é estruturar a Casa Ilera - Centro de Cura Afro-Ameríndia. A equipe tem o propósito de se manter aberta durante toda a semana para ofertar cuidados de saúde como ginecologia natural, tratamento, saúde ambiental e coletiva a partir das plantas medicinais e saberes ancestrais para mulheres negras e periféricas. No local também haverá a formação contínua sobre racismo institucional em saúde e políticas públicas, saberes, tecnologias ancestrais para o cuidado do corpo, da mente e do espírito para a população em geral.

“Já o segundo eixo vai organizar a economia criativa, promovendo a manutenção permanente do estoque da loja Ilera com oleatos, incensos, sabonetes, escalda pés, atendimentos de saúde integral individual, oficinas e vivências, formação permanente de 20(vinte) multiplicadoras (vendedoras), participação em feiras e aumento em 20% nas vendas em 12 meses. Com o nosso conhecimento e um investimento ,poderíamos realizar tudo que temos potencial para fazer”, finaliza Leila.

REVISTA AQUENDA

Moda como ferramenta de inclusão: Revista Aquenda abre espaço para a comunidade LGBTQIAPN+ e mulheres afro indígenas periféricas dentro da indústria cultural

Veículo promove formação e capacitação para derrubar o elitismo no mercado da moda

Muito mais que um veículo de moda, beleza e cultura, a Revista Aquenda é uma instituição filantrópica que surgiu entre 2016 e 2017, com o intuito de trazer um novo olhar para projetos que promovam a inclusão e o empoderamento da comunidade LGBTQIAPN+ e mulheres afro indígenas periféricas. Para isso, a Aquenda realiza formações qualificativas direcionadas especialmente para a indústria cultural e economia criativa.

Assim, a instituição atua pela inclusão de comunidades vulneráveis, tendo como visão ser uma referência no mercado, promover a autonomia dessas comunidades nos segmentos de moda e empreendedorismo, honrando sempre seus valores fundamentais que são transparência, sustentabilidade, inclusão, acolhimento e impacto social. “Elaboramos percursos cuidadosamente pensados para acolher e desenvolver talentos em áreas como comunicação, marketing, empreendedorismo e moda, além de estabelecer parcerias com empreendimentos periféricos, mantendo uma rede de apoio mútuo e horizontal”, conta



Dandara Maria, diretora e idealizadora da revista.

Para colocar seu ideal em prática, Dandara, que é arteducadora, produtora cultural e consultora de moda sustentável, busca formar empreendedores nos campos da moda, corte e costura, marketing e comunicação, perpetuando o movimento de uma moda mais inclusiva. O intuito é fomentar questionamentos sobre o consumismo e o elitismo da indústria de moda hegemônica, eurocêntrica e excludente. Assim, abriria-se um olhar para a moda na periferia e seria possível promover o questionamento do modelo de consumo global.

“Acredito que movimentar a transmutação têxtil, um laboratório que propõe, através de técnicas de costura, estimular as pessoas a promoverem uma consciência de que o consumo também é um mecanismo de construção de estereótipos, e a conversação da moda inclusiva e consumo consciente em espaços culturais, colaborativos, ONGs e residências artísticas, nos dá a ideia de uma forma de reuso e menos descarte. Isso é essencial para conscientizar e ampliar essa discussão em territórios sem tais recursos de conhecimento. A proximidade a esse debate é um passo muito grande para que possamos discutir sobre como a moda nos define”, explica Dandara.

Assim, a Aquenda, que já impactou 480 pessoas e formou 60 no curso de transmutação têxtil, espera que, com mais investimento financeiro, consiga aumentar em 35% o número de pessoas LGBTQIAPN+ e mulheres afroindígenas atendidas até dezembro de 2023. Além disso, o espaço também deseja expandir os projetos locais, colaborar com os programas governamentais de aceleração e instituições de ensino, promover a formação de empreendedores no curso de transmutação têxtil e gerar a possibilidade de caminhos criativos através do reuso de materiais.

Comprometida com a emancipação do seu público, através da partilha de conhecimentos,

facilitação de acesso a oportunidades, suporte para empregabilidade, fortalecimento comunitário, identitário, individual e coletivo, a Revista Aquenda segue exercendo Filantropia Comunitária liderada e protagonizada por mulheres negras e gerando alto valor em sua comunidade, sempre a partir de uma abordagem abrangente e acolhedora, para capacitar e empoderar as comunidades atendidas.

A estratégia de atuação da organização se conecta às práticas de filantropia comunitária que impactam diretamente a população negra, pois direciona seus esforços para atender às necessidades específicas deste público minorizado e com diferentes camadas interseccionais, que frequentemente os posicionam em contextos de marginalização e exclusão. Através de suas iniciativas, a organização vem criando oportunidades tangíveis para essas comunidades, promovendo a igualdade e a inclusão em setores como a indústria criativa da moda e o empreendedorismo.



ZWANGA AFRICAN FASHION

Zwanga African Fashion: espaço de pertencimento para mulheres fora dos padrões raciais e sociais

Marca deseja resgatar a identidade e a autoestima das mulheres negras

Entrar em uma loja e não encontrar nenhuma peça de roupa ou acessório que de alguma forma se conecte com você, com o seu corpo e com a sua ancestralidade, é um problema que muitas mulheres enfrentam diariamente. Principalmente as negras, com as curvas fora do padrão estético e as periféricas. Foi pensando nisso, que a estilista Rejane Soares criou, em 2023, a marca Zwanga African Fashion, no Macapá, Amapá. Ela acredita que fazer moda é se conectar com as suas raízes.

“A Zwanga African Fashion surgiu do meu desejo de resgatar a identidade e a autoestima das mulheres negras e fazer reconexão financeira, através do que se pode produzir sem se encaixar nos padrões. Por isso, eu resolvi tirar do papel o sonho que eu tinha que era vestir as pessoas e criar acessórios sem ter ninguém desvalorizando o que eu fazia”, explica Rejane. Pós-graduada em Moda pela Universidade Nacional da Colômbia e membro do Conselho Consultivo do Fundo Agbara, ela também viu na iniciativa a chance de não depender de cargos políticos para ter a sua autonomia financeira.



O projeto não poderia ser mais significativo, a começar pelo nome. O termo 'Zwanga' é de origem africana e significa o que é meu ou o que me pertence. E pertencimento é tudo que Rejane deseja oferecer com o seu trabalho para as pessoas que têm acesso à sua marca. "Fazemos o resgate financeiro das mulheres negras das periferias da Amazônia amapaense, através de cursos que proporcionem geração de renda e comportamento empreendedor. O nosso público-alvo são as mulheres negras das nossas periferias. Aquelas que moram nas áreas alagadas, mulheres lésbicas e trans, mães solo, chefes de família, as mais pobres e muitas outras. Focamos no perfil que não é notado e nem inserido na sociedade".

Em menos de um ano de surgimento, a marca já impactou diretamente 360 mulheres negras nas formações e mais de 40 mil mulheres através de oficinas, palestras, lives, desfiles e outras atividades oferecidas pela instituição. Com foco no cuidado, no olhar afetuoso com o próximo, Rejane vem transformando a sua comunidade

com geração de renda, proporcionando autonomia financeira e autoconfiança para muitas mulheres vulneráveis, inclusive aquelas que se encontram em um relacionamento abusivo, e finalmente conseguem se libertar.

Para o futuro, a empreendedora segue almejando alcançar cada vez mais mulheres, oferecendo apoio, conhecimento e renda. "Quero qualificar até 2024 mais 740 mulheres negras, contemplando quilombolas, ribeirinhas, extrativistas, detentas, profissionais rurais e periféricas e estruturar o laboratório itinerante para as alunas realizarem as formações dentro dos territórios delas. Também sonho em dar vida ao projeto Pretas na Moda, no qual vamos preparar 10 mulheres negras que já costuram para acelerar seus negócios e realizar a nossa primeira mostra de moda ancestral, sustentável e decolonial na Amazônia. Por fim, formar politicamente 40 mulheres negras para serem multiplicadoras nas suas comunidades, para que façam parte do quadro de formadoras nos nossos projetos" finaliza.



CONCLUSÃO

Conforme retratado neste e-book, as práticas filantrópicas lideradas por pessoas negras são valiosas referências para toda a sociedade. Além da interpretação pelo viés da caridade, desde o tempo da colonização, pessoas negras e instituições lideradas pelas mesmas têm sido protagonistas nesse processo, promovendo ações filantrópicas que visam a igualdade racial, o combate ao racismo e a autonomia das comunidades negras.

O Agbara destacou neste livro alguns exemplos de como a filantropia protagonizada por lideranças negras e com um olhar decolonial pode desconstruir padrões presentes nas ações filantrópicas, valorizar vozes e necessidades das comunidades, estimulá-las e fortalecer projetos comprometidos com o enfrentamento das desigualdades e auxiliar na construção de estratégias emancipatórias para o povo negro.

A emergência e o fortalecimento de lideranças femininas negras na prática da filantropia comunitária no Brasil representam um passo crucial na



busca pela equidade e justiça social no país. Em um contexto marcado por profundas desigualdades raciais e de gênero, as ações lideradas por mulheres negras se destacam como um farol de esperança e transformação.

Dados como os apresentados pela Iniciativa Pipa, em parceria com o Instituto Nu, que envolveu 607 iniciativas sociais de todas as regiões do Brasil e revelou que 41,8% delas são coletivas, sendo que as mulheres representam a maioria dos membros, com 68%, e destacou que indivíduos pretos e pardos correspondem a 74,1% dos participantes engajados na transformação social por meio dessas iniciativas, reforçam a importância da liderança negra no enfrentamento das desigualdades raciais e de gênero no Brasil.

Além disso, como as mulheres negras enfrentam uma série de desafios que vão desde a discriminação no mercado de trabalho até a violência sistêmica, elas são frequentemente as mais afetadas por problemas como a falta de acesso a serviços de saúde de qualidade, educação deficiente e moradia precária, bem como as organizações lideradas por elas, que muitas vezes enfrentam dificuldades em conseguir financiamento e apoio para suas iniciativas de transformação social.

Em meio a esse cenário tão desafiador, o Fundo Agbara surge com uma responsabilidade fundamental na construção da mudança. Suas ações de fortalecimento de organizações da sociedade civil, principalmente aquelas lideradas por mulheres negras, vêm desempenhando um papel crucial na promoção da justiça social e na redução das desigualdades. O Fundo Agbara reconhece a importância de investir em lideranças que compreendem as nuances das desigualdades raciais e de gênero e que estão comprometidas em encontrar soluções eficazes para esses problemas.

As lideranças femininas negras na filantropia comunitária não apenas trazem uma perspectiva única para a tomada de decisões e o direcionamento de recursos, mas também inspiram e empoderam outras mulheres negras a se envolverem ativamente na construção de um Brasil mais igualitário, conforme pode ser percebido a partir dos sete casos apresentados neste e-book. Todas as organizações e líderes aqui narradas representam uma força motriz na luta por uma sociedade onde todas as pessoas negras tenham igualdade de oportunidades e acesso a uma vida digna.

Em suma, a importância das lideranças femininas negras na filantropia comunitária no Brasil não pode ser subestimada. Elas desempenham um papel fundamental na promoção da equidade e na superação das desigualdades raciais e de gênero, e o Fundo Agbara segue comprometido em ser um exemplo inspirador de como investir nessas lideranças pode fazer a diferença real na construção de um futuro mais justo e inclusivo.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MARTINS, Ana Paula Vosne. A feminilização da filantropia. GÊNERO. v.15, n.2. Niterói, 2015.

SAGE, Mrs. Russell. Opportunities and responsibilities of leisured women The North American Review vol. 181, no 588, Nov. 1905, p.715. Disponível em: www.jstor.org/stable/25105484. Acesso em: 14 jun. 2013

SANGLARD, Gisele. Filantropia e assistencialismo no Brasil. História, Ciências, Saúde. V.10. Rio de Janeiro, 2003

Davis, A. Y. (2016). Freedom Is a Constant Struggle: Ferguson, Palestine, and the Foundations of a Movement. Haymarket Books.

George, R. (2012). Decolonizing Solidarity: Dilemmas and Directions for Supporters of Indigenous Struggles. Zed Books.

Gilmore, R. W. (2007). Golden Gulag: Prisons, Surplus, Crisis, and Opposition in Globalizing California. University of California Press.

Johnson, R. (2004). Black Queer Studies: A Critical Anthology. Duke University Press.

Mutua, M. (2008). Human Rights: A Political and Cultural Critique. University of Pennsylvania Press.

Neal, M. A. (2013). Looking for Leroy: Illegible Black Masculinities. NYU Press.

Shiva, V. (2016). Earth Democracy: Justice, Sustainability, and Peace. North Atlantic Books.

Smith, L. T. (2012). Decolonizing Methodologies: Research and Indigenous Peoples. Zed Books.

Tuck, E., & Yang, K. W. (2012). Decolonization is not a metaphor. Decolonization: Indigeneity, Education & Society, 1(1), 1-40.

**FUNDO
AGBARA**

